

O presidente da República tem dito em mais de uma oportunidade que pretende inverter o conceito de modernidade no seu governo, redirecionando a ênfase de política econômica para o consumidor. Dentro deste espírito, devem ser entendidas as queixas contra o reajuste de combustíveis na calada da noite e o abusivo aumento dos remédios, a recomendação para a revisão dos aumentos da casa própria e as críticas aos juros altos.

Os juros altos são obstáculo ao incremento dos negócios. São a arma universal que resta aos formuladores econômicos nos regimes de mercado quando a política fiscal não produz resultados suficientes. Sem o atrativo dos juros altos, não se obtêm recursos para financiar o déficit fiscal. A opção pela expansão monetária para cobrir os déficits conduz à disparada da inflação, pela disposição da sociedade de trocar rapidamente moeda por mercadorias antes de chegar à desvalorização. Esse é o fenômeno inflacionário de causa monetária.

Os países do Primeiro Mundo às voltas com desequilíbrios fiscais apelam para a velha e consagrada fórmula. O Japão interrompeu quase um quinquênio de crescimento contínuo, elevando os juros e os impostos. A Alemanha primeiro elevou os juros e agora propõe o aumento dos impostos para financiar os custos da unificação.

O governo está costurando apoios para que a Câmara e o Senado aprovelem ainda este ano um programa que conduza à recuperação da carga

tributária e ao crescimento. Pela proposta da Comissão do Ajuste Fiscal da Câmara, isso seria feito mediante a simplificação dos impostos e encargos sociais sobre as empresas (para retomarem os investimentos e os empregos) e a redução do Imposto de Renda das pessoas físicas.

Ampliada a base de contribuição, a arrecadação poderia crescer, pela queda da sonegação, e os assalariados induzidos a consumir, com a diminuição dos descontos mensais em folha e o alívio dos impostos indiretos embutidos nos preços dos produtos. Preenchidos tais requisitos, a inflação poderia reverter e a economia, alcançando a estabilidade, estaria pronta para voltar a crescer.

A baixa dos juros deve ser esperada em sequência à reforma fiscal. Se vier antes, pode trazer curta euforia às vendas de fim de ano, que andam estagnadas, e certamente acentuará as expectativas inflacionárias.

A delicadeza do quadro fiscal pode ser mais bem entendida quando se examinam as idéias da indústria farmacêutica para baratear o custo dos remédios (através da redução de impostos) e a determinação presidencial de amenizar (com subsídios) o reajuste da casa própria para as camadas mais pobres da população. Ambas conduzem à perda de receita do Tesouro, fato que exige aumento de impostos em outras áreas. A generosidade no passado só agravou o rombo que liquidou o Sistema Financeiro da Habitação e fechou o acesso da classe média à casa própria.

28 OUT 1992